



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

1ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0009273-38.2012.8.17.0000 (0139546-8/01)

EMBARGANTE: SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A

EMBARGADO: ADUSEPS – ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS USUÁRIOS DE SEGUROS, PLANOS E SISTEMAS DE SAÚDE

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PLANO DE SAÚDE. REPACTUAÇÃO. REAJUSTE. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO. INEXISTENTE. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS À UNANIMIDADE.

- Trata-se de embargos de declaração com efeitos infringentes interpostos em face de acórdão exarado nos autos dos Embargos de Declaração nº 0139546-8/01, de lavra desta Relatoria.
- A embargante fundamenta o seu recurso no art. 535 e seguintes do Código de Processo Civil. Indica como objetivo recursal o suprimento de contradições, ou, subsidiariamente, o suprimento de premissa equivocada, apontando ainda a existência de omissões.
- Argumenta que ao dar parcial provimento aos embargos de declaração (nº 0139546-8/01), a Câmara reconheceu que a causa de pedir da presente demanda reside no reajustamento dos prêmios em função da chamada repactuação, razão pela qual consignou que a referência relativa à vedação de reajustes estabelecida no Estatuto do Idoso seria mera "ressalva".
- Assevera que a fundamentação do acórdão não indica proibição de reajustamento dos prêmios aos segurados com mais de 60 (sessenta) anos de idade, entretanto, a nova redação do dispositivo do acórdão embargado exclui apenas a condenação de restituição de indébito, mantendo na íntegra a declaração de nulidade das cláusulas relativas ao reajuste e à vedação dos mesmos. Nesta toada, pugna pelo provimento do recurso para suprir a referida contradição, para que se exclua do dispositivo do acórdão o trecho relativo à declaração de nulidades das cláusulas e de vedação do reajuste por faixa etária para os segurados com mais de 60 (sessenta) anos de idade e que tenha firmado seus contratos anteriormente ao início da vigência da Lei nº 9.656/98.
- Caso assim não entenda esta Câmara, requer que este colegiado se manifeste expressamente acerca da atual jurisprudência do STJ (retroatividade do Estatuto do Idoso e abusividade dos reajustes por faixa etária a tais segurados), e, em consequência, seja desprovido o apelo, e mantida a sentença de improcedência dos pedidos iniciais.
- Alega que o acórdão aplica nova regra legal (art. 15, §3º da Lei nº 10.741/03) a contratos anteriores, cujos efeitos constituem, por óbvio, ato jurídico perfeito. Afirma que o art. 35-E da Lei nº 9656/98 (ora suspenso, por outras razões, em função de liminar concedida na ADI nº 1.931), prevê a possibilidade de reajuste dos prêmios securitários por faixa etária para os seus segurados com mais de 60 anos de idade. Pugna pelo conhecimento dos motivos para derrogação do disposto nos arts. 6º da LIDB e 5º, XXXVI da CF/88. Contrarrazões às fls. 58/64 dos autos.
- Passo a decidir. É cediço que os embargos de declaração têm como função afastar da decisão qualquer omissão necessária à solução da lide, não permitir a obscuridade, por acaso identificada, e extinguir qualquer contradição entre a premissa argumentada e a conclusão, o que não se verifica na hipótese em exame.
- Ressalte-se que, no que tange especificadamente à contradição apontada entre a fundamentação do acórdão e o seu dispositivo, esta



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

- Relatoria cuidou em esclarecer, nos embargos de declaração nº 0139546-8/01, a questão da repactuação e do reajuste, sem, contudo, atribuir-lhe qualquer efeito infringente, senão vejamos: "Ocorre que, por tratar-se de contrato anterior à lei que dispõe sobre os planos de saúde, entendi por bem consignar a ressalva de aplicabilidade da vedação estabelecida pelo Estatuto do Idoso (Lei nº10741/2003), consistente na ilegalidade de cobrança de valores diferenciados em razão da mudança de faixa etária.
- Isso porque a Associação autora faz menção, em sede de exordial, ao fato de os reajustes reclamados terem incidido sobre planos de saúde daqueles considerados idosos na forma da lei, por isso a menção, no julgado, aos maiores de 60 anos de idade. Todavia, a determinação há de ser entendida como ressalva".
 - Quanto à alegação de contrariedade com a atual jurisprudência do STJ, cumpre ressaltar que a contradição que autoriza os aclaratórios é aquela existente no próprio *decisum* impugnado, nunca em relação à lei, súmulas ou jurisprudência.
 - No que toca aos dispositivos indicados, entendo não ser necessário que o acórdão mencione expressamente o artigo de lei ou da Constituição em que se baseou, bastando, tão-somente, que o *decisum* tenha se manifestado acerca da questão federal ou constitucional e a matéria estará prequestionada.
 - Por fim, o pressuposto legal conferido aos embargos de declaração e os limites objetivos aos quais devem estar submissos não autorizam ao embargante manejá-los com efeitos infringentes, conferindo-lhes um alcance que não lhes são próprios, para rediscutir as questões já dirimidas e sujeitá-las a uma nova análise que se conforme com a pretensão deduzida em juízo, na busca da reforma do julgado hostilizado e o acolhimento da sua pretensão. Com efeito, a via eleita não se presta a tal desiderato.
 - Em face do exposto, conheço dos presentes Embargos de Declaração para rejeitá-los dada à ausência dos pressupostos constantes do art. 535 do CPC.
 - Unanimemente, foram rejeitados os Embargos Declaratórios, nos termos do voto do Des. Relator.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração nº 0139546-8/01 em que figura como embargante SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A e como embargado ADUSEPS – ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS USUÁRIOS DE SEGUROS, PLANOS E SISTEMAS DE SAÚDE

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em rejeitar os embargos declaratórios, tudo de conformidade com a ementa, o relatório e o voto, que passam a integrar este aresto.

Recife,

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0009273-38.2012.8.17.0000 (0139546-8/01)

EMBARGANTE: SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A

EMBARGADO: ADUSEPS – ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS USUÁRIOS DE SEGUROS, PLANOS E SISTEMAS DE SAÚDE

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração com efeitos infringentes interpostos em face de acórdão exarado nos autos dos Embargos de Declaração nº 0139546-8/01, de lavra desta Relatoria.

A embargante fundamenta o seu recurso no art. 535 e seguintes do Código de Processo Civil. Indica como objetivo recursal o suprimento de contradições, ou, subsidiariamente, o suprimento de premissa equivocada, apontando ainda a existência de omissões.

Argumenta que ao dar parcial provimento aos embargos de declaração (nº 0139546-8/01), a Câmara reconheceu que a causa de pedir da presente demanda reside no reajustamento dos prêmios em função da chamada repactuação, razão pela qual consignou que a referência relativa à vedação de reajustes estabelecida no Estatuto do Idoso seria mera "ressalva".

Assevera que a fundamentação do acórdão não indica proibição de reajustamento dos prêmios aos segurados com mais de 60 (sessenta) anos de idade, entretanto, a nova redação do dispositivo do acórdão embargado exclui apenas a condenação de restituição de indébito, mantendo na íntegra a declaração de nulidade das cláusulas relativas ao reajuste e à vedação dos mesmos. Nesta toada, pugna pelo provimento do recurso para suprir a referida **contradição**, para que se exclua do dispositivo do acórdão o trecho relativo à declaração de nulidades das cláusulas e de vedação do reajuste por faixa etária para os segurados com mais de 60 (sessenta) anos de idade e que tenha firmado seus contratos anteriormente ao início da vigência da Lei nº 9.656/98.

Caso assim não entenda esta Câmara, requer que este colegiado se **manifeste expressamente acerca da atual jurisprudência** do STJ (retroatividade do Estatuto do Idoso e abusividade dos reajustes por faixa etária a tais segurados), e, em consequência, seja desprovido o apelo, e mantida a sentença de improcedência dos pedidos iniciais.

Alega que o acórdão aplica nova regra legal (art. 15, §3º da Lei nº 10.741/03) a contratos anteriores, cujos efeitos constituem, por óbvio, ato jurídico perfeito. Afirma que o art. 35-E da Lei nº 9656/98 (ora suspenso, por outras razões, em função de liminar concedida na ADI nº 1.931), prevê a possibilidade de reajuste dos prêmios securitários por faixa etária para os seus segurados com mais de 60 anos de idade. **Pugna pelo conhecimento dos motivos para derrogação** do disposto nos arts. 6º da LIDB e 5º, XXXVI da CF/88.

Contrarrazões às fls. 58/64 dos autos.

É o Relatório.

Recife, de _____ de 2013


Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0009273-38.2012.8.17.0000 (0139546-8/01)

EMBARGANTE: SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A

EMBARGADO: ADUSEPS – ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS USUÁRIOS DE SEGUROS, PLANOS E SISTEMAS DE SAÚDE

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

VOTO

É cediço que os embargos de declaração têm como função afastar da decisão qualquer omissão necessária à solução da lide, não permitir a obscuridade, por acaso identificada, e extinguir qualquer contradição entre a premissa argumentada e a conclusão, o que não se verifica na hipótese em exame.

Ressalte-se que, no que tange especificadamente à contradição apontada entre a fundamentação do acórdão e o seu dispositivo, esta Relatoria cuidou em esclarecer, nos embargos de declaração nº 0139546-8/01, a questão da repactuação e do reajuste, sem, contudo, atribuir-lhe qualquer efeito infringente, senão vejamos:

“Ocorre que, por tratar-se de contrato anterior à lei que dispõe sobre os planos de saúde, entendi por bem consignar a ressalva de aplicabilidade da vedação estabelecida pelo Estatuto do Idoso (Lei nº10741/2003), consistente na ilegalidade de cobrança de valores diferenciados em razão da mudança de faixa etária.

Isso porque a Associação autora faz menção, em sede de exordial, ao fato de os reajustes reclamados terem incidido sobre planos de saúde daqueles considerados idosos na forma da lei, por isso a menção, no julgado, aos maiores de 60 anos de idade. Todavia, a determinação há de ser entendida como ressalva”.

Quanto à alegação de contrariedade com a atual jurisprudência do STJ, cumpre ressaltar que a contradição que autoriza os aclaratórios é aquela existente no próprio *decisum* impugnado, nunca em relação à lei, súmulas ou jurisprudência.

No que toca aos dispositivos indicados, entendo não ser necessário que o acórdão mencione expressamente o artigo de lei ou da Constituição em que se baseou, bastando, tão-somente, que o *decisum* tenha se manifestado acerca da questão federal ou constitucional e a matéria estará prequestionada.

Por fim, o pressuposto legal conferido aos embargos de declaração e os limites objetivos aos quais devem estar submissos não autorizam ao embargante manejá-los com efeitos infringentes, conferindo-lhes um alcance que não lhes são próprios, para rediscutir as questões já dirimidas e sujeitá-las a uma nova análise que se conforme com a pretensão deduzida em juízo, na busca da reforma do julgado hostilizado e o acolhimento da sua pretensão. **Com efeito, a via eleita não se presta a tal desiderato.**

Em face do exposto, conheço dos presentes Embargos de Declaração para rejeitá-los dada à ausência dos pressupostos constantes do art. 535 do CPC.

Recife, de de 2013

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator